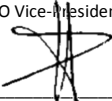




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PARA O CONSERVATÓRIO DA MÚSICA DE LOULÉ- FRANCISCO ROSADO

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES PARA O CONSERVATÓRIO DA MÚSICA DE LOULÉ- FRANCISCO ROSADO, PARA O 2º E 3º PERÍODO DO ANO LECTIVO 2018/2019, NA ÁREA DO CONCELHO DE LOULÉ**, conforme previsto no caderno de encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

ARTIGO 3º

PRAZO, INÍCIO E REGIME DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 1- O contrato iniciar-se-á imediatamente após a sua celebração e vigora , até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou pelo prazo máximo de 1 ano, consoante o que ocorra em primeiro lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

2- Caso o valor total do contrato não seja atingido durante o prazo de vigência deste, pode a Câmara Municipal de Loulé, por acordo entre as partes, proceder à sua prorrogação até se atingir o limite máximo de faturação.

ARTIGO 4º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1- Sem prejuízo de outras obrigações prevista na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o prestador de serviços fica obrigado a prestar o serviço, objeto de contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

- i. O adjudicatário fica obrigado a executar todos os serviços indicados, dentro do âmbito do contrato, durante o período de vigência do mesmo;
- ii. As viaturas deverão estar adequadas ao transporte de crianças garantindo-se a condução por motoristas certificados e o cumprimento de todos os demais requisitos legalmente impostos;
- iii. Os veículos utilizados na execução da prestação de serviços deverão estar identificados com um dístico cujo modelo consta de Anexo à Portaria nº 1350/2006, de 27 de novembro, conforme exigido pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril;
- iv. Os veículos utilizados na execução da prestação de serviços devem estar equipados com tacógrafo devidamente homologado e estar providos de extintor de incêndios e caixa de primeiros socorros, sendo que dos registos do tacógrafo dos serviços efetuados deverão ser fornecidos cópia à Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas, via email dato@cm-loule.pt;
- v. Cada veículo ao serviço do Município de Loulé deverá obrigatoriamente ser identificado através da colocação em local bem visível (para-brisas, vidro lateral ou óculo traseiro) de um dístico em formato A4, conforme modelo definido abaixo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

		<p>Logotipo do Prestador de Serviços</p>
<p>VEÍCULO AO SERVIÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ</p> <p>OU</p> <p>VEÍCULO AO SERVIÇO DO CONSERVATÓRIO DA MÚSICA DE LOULÉ</p>		

- vi. Cada veículo tem que estar equipado com duas raquetes e dois coletes refletorantes devidamente homologados;
- vii. Aplica-se igualmente ao transporte de crianças o previsto na Lei nº 13/2006, de 17 de abril.
- viii. Todos os lugares dos automóveis utilizados devem estar equipados com cintos de segurança devidamente homologados. A utilização do sistema de retenção para crianças é obrigatória, aplicando-se o disposto em legislação específica em vigor. Os automóveis matriculados antes da entrada em vigor da Lei nº 13/2006, de 17 de abril, devem dispor de cintos de segurança com três pontos de fixação ou subabdominais;
- ix. O adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração e esclarecimentos necessários, sempre que solicitado pela entidade adjudicante, sob pena de resolução do contrato;
- x. Reserva-se o direito à Câmara Municipal de Loulé, sempre que entenda necessário, de proceder à fiscalização da adjudicação e a todas as condições a estas inerentes, fixadas em contrato;
- xi. O prestador de serviços fica também obrigado a proceder à correta manutenção e limpeza das viaturas utilizadas;
- xii. Enviar listas das viaturas e dos motoristas que irão ser afetados ao procedimento, podendo as mesmas sofrer alterações desde que se cumpram todos os requisitos legais de transporte coletivo e que o mesmo seja comunicado previamente à entidade adjudicante;
- xiii. Envio de mapas mensais discriminados dos serviços afetados, aquando do envio das faturas, com indicação da data, número de alunos, local de origem e destino da deslocação, viatura utilizada, número de quilómetros e a importância correspondente, para o email dato@cm-loule.pt.

2- A título acessório, o prestador de serviços, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Pedro Pimpão)

ARTIGO 5º

SIGILO

- 1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4- O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informação que possa obter no âmbito da execução do contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

ARTIGO 6º

PREÇO CONTRATUAL

- 1- Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

ARTIGO 7º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Pedro Pimpão)

2- Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas no final de cada mês a que correspondem os serviços prestados.

3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

ARTIGO 8º

ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES

1- Os percursos são definidos inicialmente pela Câmara Municipal de Loulé, de acordo com os seguintes critérios:

1.1 Número de alunos inscritos à data da assinatura do contrato;

1.2 Horários dos alunos (Escolas EB 2,3);

1.3 Lotação dos veículos

- 9 lugares;
- 20 a 27 lugares;
- 28 a 49 lugares.

2- A Câmara Municipal de Loulé poderá alterar, unilateralmente, a frequência diária, bem como proceder a correções de itinerário.

3- Em qualquer dos casos, tais alterações serão transmitidas previamente ao transportador mediante comunicação escrita na qual são propostas as alterações e a correspondente alteração no valor do contrato.

ARTIGO 9º

SANÇÕES CONTRATUAIS

1- No caso de se verificar incumprimento por parte do adjudicatário este não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos.

2- Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a indemnizar a Câmara Municipal de Loulé em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado.

3- Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 dias intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês inteiro o mês letivo a 22 dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

4- Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, se verifiquem incumprimentos nos horários de recolha poderá ser aplicada uma penalidade de valor correspondente a 75% do preço diário do(s) circuito(s) em que tenha(m) verificado o(s) incumprimento(s).

5- O valor da sanção pecuniária a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo serviço.

ARTIGO 10º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas sanções ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 11º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, nos casos a seguir indicados:

- a) caso se verifique que no início do ano letivo não se justifica a realização de determinado circuito especial;
- b) caso se verifique no decorrer do ano letivo que se deixou de justificar a realização de determinado circuito ou o número de alunos se tenha alterado de modo que o seu transporte possa ser efetuado em veículos com características diversas do utilizado;
- c) caso se comprove má execução da condução, falta de idoneidade moral ou falta de civismo do condutor, ou perda de certificado emitido pelo IMTT ou quando a sua substituição, quando solicitada, não seja promovida.
- d) nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 dias intercalados.
- e) Nos casos em que ocorram incumprimentos do horário de recolha dos alunos em 5 dias escolares consecutivos ou 15 intercalados, por motivos imputáveis ao adjudicatário.

2- Nos casos mencionado nas alíneas a), b) e c), d) e e) não haverá lugar ao pagamento de qualquer indemnização ao(s) adjudicatário(s).

3- Nos casos mencionados na alínea d) e e) o prestador de serviços estará igualmente sujeito ao pagamento da penalidade prevista no nº 3 do artigo 9º do presente caderno de encargos.

4- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 12º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Pedro Pimpão)

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 13º

RESPONSABILIDADE CIVIL E SEGUROS

O adjudicatário obriga-se a dispor de apólice de seguro de seguro de responsabilidade civil no valor de € 50.000.000,00.

ARTIGO 14º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 15º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

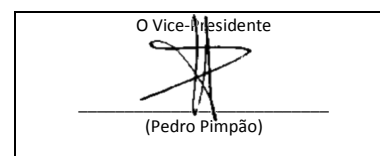
2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 16º

PREÇO BASE

Devem ser considerados como preços base do procedimento (preços máximos) os seguintes, por tipologia, até ao montante máximo de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros):

- € 0,80 (oitenta cêntimos) no caso dos preços unitários por Km, para viaturas com lotação até 9 lugares;
- € 220,00 (duzentos e vinte euros) no caso dos preços, até 5 horas, para viaturas com lotação de 20 a 27 lugares;
- € 290,00 (duzentos e noventa euros) no caso dos preços, de 5 a 12 horas, para viaturas com lotação de 20 a 27 lugares;
- € 260,00 (duzentos e sessenta euros) no caso dos preços, até 5 horas, para viaturas com lotação de 28 a 49 lugares;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

-
- € 340,00 (trezentos e quarenta euros) no caso dos preços, de 5 a 12 horas, para viaturas com lotação de 28 a 49 lugares;
 - 26,00€ (vinte e seis euros), para um serviço de ½ dia de vigilante;
 - 32,00€ (trinta e dois euros), para um serviço diário de vigilante.

ARTIGO 17º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Considera-se que o preço por Km é anormalmente baixo, quando este for 20% inferior à média dos preços apresentados nas propostas admitidas.

ARTIGO 18º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.


ARTIGO 19º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. ÂMBITO DO CONCURSO

O objeto do presente procedimento consiste na contratação de serviços de transportes escolares para o Conservatório da Música de Loulé – Francisco Rosado, para o 2.º e 3.º período do ano letivo 2018/2019, na área do concelho de Loulé.

Tendo em conta as características deste tipo de procedimento, que visa o transporte dos alunos entre o estabelecimento de ensino básico e/ou secundário que frequentam, o Conservatório da Música de Loulé, a sua residência, no caso de situações em que o horário das aulas vai para além do horário da escola do ensino básico e/ou secundário.

3. HORÁRIOS DE RECOLHA DOS ALUNOS

3.1- Tendo em conta as características deste tipo de procedimento, que visa o transporte dos alunos entre o estabelecimento de ensino básico e/ou secundário que frequentam, o Conservatório da Música de Loulé, a sua residência, no caso de situações em que o horário das aulas vai para além do horário da escola do ensino básico e/ou secundário, o transporte deverá ser efetuado de tal forma que os alunos consigam cumprir os horários em todas as situações.

3.2- O prestador de serviços deverá afetar, à prestação e serviços, o número de viaturas suficientes, de forma a cumprir os horários de transporte referidos, bem como a seleção do tipo de viatura, consoante o número de pessoas a transportar.

3.3- O incumprimento dos horários de “recolha” dos alunos por motivos imputáveis ao adjudicatário, está sujeito à aplicação de penalidades e é fundamento para a resolução de contrato por parte do contraente público.

3.4- Os veículos a afetar à presente prestação de serviços, carrinhas com lotação de 9 lugares, autocarros com lotação até 30 lugares e autocarros com lotação superior a 30 lugares.

Tendo em conta os horários definidos para as aulas de música, os transportes deverão ser efetuados de acordo com os horários delineados nos quadros abaixo, por dia de semana, devendo ser cumpridos criteriosamente os horários referidos nos quadros acima, sem qualquer tempo de espera, uma vez que os alunos estão a frequentar intervaladamente aulas em dois estabelecimentos de ensino:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

Segunda-feira				
Hora	Origem →		→ Destino	N.º alunos a transportar
08:20				
09:00				
10:10				
10:20				
10:30				
12:00				
12:05				
12:15				
12:45				
12:50				
13:00				
13:10				
13:15				
13:20	EB 2, 3 S. Pedro do Mar			26
13:40				
14:00				
14:10	EB I Boliqueime	→ Conservatório →		11
14:15	EB 2, 3 D. Dinis			16
14:30				
15:00	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			4
15:50				
16:00				
16:20				
16:30				
16:40				
16:50				
17:00	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			3
17:15			EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	1
			EB I Boliqueime	1
			EB 2, 3 D. Dinis	16



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Pedro Pimpão)

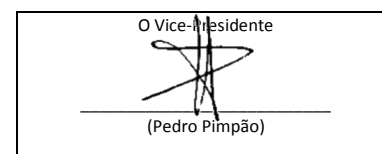
			EB 2, 3 S. Pedro do Mar	26
17:30				
17:50				
18:00				
18:15				
18:30			EB I Boliqueime	8
19:30				
20:00				

Alunos cujo destino é a sua residência (horário das aulas vai para além do horário da escola do ensino básico e/ou secundário)

Horário	Aluno	Local de desembarque	Distância ≈ casa-conservatório
18:30	A	Igreja de Boliqueime	
	B	Igreja de Boliqueime	
	C	EN 125 n.º 48 Fonte de Boliqueime	
	D	Campina - Boliqueime	
	E	Campina - Boliqueime	
	F	Quinta dos Arcos N125 s/n - Boliqueime	
	G	Barrocal - Vale Judeu EN 125 quando chega ao cruzamento para a Igreja de Vale Judeu vira no cruzamento oposto (Placa Barrocal)	
	H	EN 125, Sítio das Terras Ruivas - Vale Judeu	

NOTA: para todos os serviços em que é necessário vigilante, o mesmo deverá ser assegurado pelo prestador de serviços, conforme a lotação do veículo, entre um e dois vigilantes, de acordo com a legislação em vigor para o Transporte Coletivo de Crianças, art.º 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

Terça-feira				
Hora	Origem →		→ Destino	N.º alunos a transportar
08:20	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	→ Conservatório →		25
09:00				



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

10:10				
10:20	EB I Boliqueime			19
10:30				
12:00			EB I Boliqueime	19
12:05				
12:15			EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	25
12:45				
12:50				
13:00	EB I Boliqueime			25
13:10				
13:15				
13:20				
13:40				
14:00				
14:10				
14:15				
14:30				
15:00	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			22
15:50				
16:00				
16:20				
16:30				
16:40				
16:50			EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	5
			EB I Boliqueime	12
17:00				
17:15	EB I Boliqueime			2
17:30				
17:50			EB I Boliqueime	9
18:00				
18:15			EB I Boliqueime	4
18:30				



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

19:30				
20:00			EB I Boliqueime	2

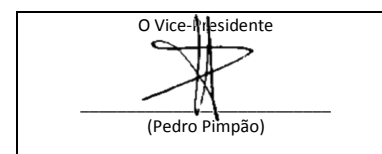
Alunos cujo destino é a sua residência (horário das aulas vai para além do horário da escola do ensino básico e/ou secundário)

Horário	Aluno	Local de desembarque	Distância ≈ casa-conservatório
17:50	A	Lagoa de Momprolé	
18:15	B	Benfarras - Boliqueime	
	C	Rua Dr. João Batista Ramos Faísca, Boliqueime	
20:00	D	Sítio Marcos Mendes (Mini Mercado Martins)	
	E	Rua Nova, R/C C, Boliqueime	

	Percurso a efetuar	Km
18:15	Conservatório de Música de Loulé → Rua Dr. João Batista Ramos Faísca, Boliqueime → Benfarras, Boliqueime → Conservatório de Música de Loulé	34
20:00	Conservatório de Música de Loulé → Rua Nova, Boliqueime → Sítio Marcos Mendes, Boliqueime → Conservatório de Música de Loulé	32

NOTA: para todos os serviços em que é necessário vigilante, o mesmo deverá ser assegurado pelo prestador de serviços, conforme a lotação do veículo, entre um e dois vigilantes, de acordo com a legislação em vigor para o Transporte Coletivo de Crianças, art.º 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

Quarta-feira				
Hora	Origem →		→ Destino	N.º alunos a transportar
08:20				
09:00				
10:10		→ Conservatório →		
10:20	EB 2,3 Dr. António Sousa Agostinho			15
10:30				
12:00				



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

12:05			EB 2,3 Dr. António Sousa Agostinho	15
12:15				
12:45				
12:50				
13:00				
13:10				
13:15				
13:20				
13:40				
14:00				
14:10				
14:15	EB I Boliqueime			25
14:30				
15:00				
15:50				
16:00			EB I Boliqueime	8
16:20				
16:30				
16:40				
16:50				
17:00				
17:15				
17:30				
17:50			EB I Boliqueime	8
18:00				
18:15				
18:30			EB I Boliqueime	10
19:30			EB I Boliqueime	1
20:00				

Alunos cujo destino é a sua residência (horário das aulas vai para além do horário da escola do ensino básico e/ou secundário)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

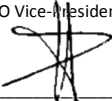
O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

Horário	Aluno	Local de desembarque	Distância ≈ casa-conservatório
17:50	B	Alfontes Boliqueime	
	C	Rua Dr. João Batista Ramos Faísca, Boliqueime	
18:30	F	Campina - Boliqueime	
	G	Campina - Boliqueime	
	H	Campina - Boliqueime	
	I	Igreja de Boliqueime	
	J	Igreja de Boliqueime	
	L	Barrocal - Vale Judeu EN 125 quando chega ao cruzamento para a Igreja de Vale Judeu vira no cruzamento oposto (Placa Barrocal)	
	M	EN 125 Sítio das Terras Ruivas - Vale Judeu	
19:30	N	Rua Nova, R/C C, Boliqueime	

	Percurso a efetuar	Km
17:50	Conservatório de Música de Loulé → Alfontes, Boliqueime → Rua Dr. João Batista Ramos Faísca, Boliqueime → Conservatório de Música de Loulé	32
18:30	Conservatório de Música de Loulé → Campina, Boliqueime → Igreja, Boliqueime → Barrocal - Vale Judeu_ EN 125 quando chega ao cruzamento para a Igreja de Vale Judeu vira no cruzamento oposto (Placa Barrocal) → EN 125 Sítio das Terras Ruivas - Vale Judeu → Conservatório de Música de Loulé	35
20:00	Conservatório de Música de Loulé → Rua Nova, Boliqueime → Conservatório de Música de Loulé	29

NOTA: para todos os serviços em que é necessário vigilante, o mesmo deverá ser assegurado pelo prestador de serviços, conforme a lotação do veículo, entre um e dois vigilantes, de acordo com a legislação em vigor para o Transporte Coletivo de Crianças, art.º 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

O Vice-Presidente

 (Pedro Pimpão)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

Quinta-feira				
Hora	Origem →		→ Destino	N.º alunos a transportar
08:20	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			20
09:00	EB 2, 3 S. Pedro do Mar			23
10:10			EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	20
10:20				
10:30				
12:00				
12:05				
12:15				
12:45				
12:50			EB 2, 3 S. Pedro do Mar	26
13:00				
13:10	EB I Boliqueime			19
13:15		→ Conservatório →		
13:20				
13:40				
14:00				
14:10	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			25
	EB I Boliqueime			25
14:15				
14:30				
15:00				
15:50				
16:00				
16:20			EB I Boliqueime	10
16:30				
16:40				
16:50				
17:00	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			1



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

17:15			EB I Boliqueime	10
17:30				
17:50				
18:00			EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	25
			EB I Boliqueime	16 + 8
18:15				
18:30				
19:30				
20:00				

NOTA: para todos os serviços em que é necessário vigilante, o mesmo deverá ser assegurado pelo prestador de serviços, conforme a lotação do veículo, entre um e dois vigilantes, de acordo com a legislação em vigor para o Transporte Coletivo de Crianças, art.º 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

Sexta-feira				
Hora	Origem →		→ Destino	N.º alunos a transportar
08:20	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			7
09:00				
10:10			EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	22
10:20				
10:30	EB 2, 3 D. Dinis			16
12:00				
12:05		→ Conservatório →		
12:15				
12:45	EB 2, 3 Dr. António Sousa Agostinho			15
12:50				
13:00				
13:10				
13:15	EB I Boliqueime			17
13:20				
13:40				
14:00				



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

14:10				
14:15				
14:30				
15:00				
15:50	EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita			16
16:00				
16:20				
16:30		EB 2, 3 D. Dinis		16
16:40				
16:50				
17:00				
17:15				
17:30		EB I Boliqueime		15
		EB 2, 3 Dr. António Sousa Agostinho		15
		EB 2, 3 Padre João Coelho Cabanita		8
17:50				
18:00				
18:15		EB I Boliqueime		9
18:30				
19:30				
20:00				

Alunos cujo destino é a sua residência (horário das aulas vai para além do horário da escola do ensino básico e/ou secundário)

Horário	Aluno	Local de desembarque	Distância ≈ casa-conservatório
18:15	A	EN 125 n.º 48 Fonte de Boliqueime	
	B	Campina - Boliqueime	
	C	Quinta dos Arcos N125 s/n - Boliqueime	
	D	Igreja de Boliqueime	
	E	Igreja de Boliqueime	
	F	Barrocal - Vale Judeu EN 125 quando chega ao cruzamento para a Igreja de Vale Judeu vira no cruzamento oposto (Placa Barrocal)	
	G	Campina - Boliqueime	
	H	EN 125, Sítio das Terras Ruivas - Vale Judeu	



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Pedro Pimpão)

17:30	I	Rua Nova, R/C C, Boliqueime	
	J	Igreja de Boliqueime	

NOTA: para todos os serviços em que é necessário vigilante, o mesmo deverá ser assegurado pelo prestador de serviços, conforme a lotação do veículo, entre um e dois vigilantes, de acordo com a legislação em vigor para o Transporte Coletivo de Crianças, art.º 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

4. PROCESSAMENTO DE QUILOMETRAGEM

4.1- O valor a tomar em consideração para adjudicação será o valor por quilómetro ou dia, consoante a tipologia do veículo.

4.2- O cálculo do número de quilómetros a cobrar ao Município far-se-á sempre nos pressupostos do ponto 3.

4.3- A Câmara Municipal de Loulé poderá diminuir o número de percursos, inicialmente contratualizadas, ou mesmo extinguir ou adicionar, no decorrer do ano letivo, caso diminuam ou deixem de existir alunos a transportar, não sendo por isso devida qualquer compensação ao respetivo adjudicatário.

4.4- Serão pagos os quilómetros ou dias efetivamente realizados, tendo em conta o número de alunos e as condições do percurso, independentemente do valor contratualizado.

5. FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1- Compete à Câmara Municipal de Loulé o controlo e fiscalização da prestação de serviços.

5.2- A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.

5.3- A Câmara Municipal de Loulé poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, bem como das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo, para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.